

## A ESCOLA COMO EXPRESSÃO DA DIVERSIDADE: OBSERVANDO FRONTEIRAS ENTRE GÊNEROS, IDENTIDADES E ALTERIDADES

Pollyanna Rezende Campos  
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

*Universidade Católica do Salvador – Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos (NEDH- UCSAL)*  
[pollyannarcampos@gmail.com](mailto:pollyannarcampos@gmail.com)  
[vanessa.cavalcanti@uol.com.br](mailto:vanessa.cavalcanti@uol.com.br)

### Resumo

Dentro do campo educacional, instituições e sujeitos interagem e se expressam, através da diversidade. Nas escolas, em predominância, tempo e espaços de aprender se multiplicam e definem novas cartografias e emoções. Por isso, e com intuito de propiciar maior aproximação entre conceitos, atitudes e reflexões sobre o processo constitutivo de identidades e alteridades de jovens do ensino médio de uma escola da rede pública de Salvador, essa comunicação se atrela a uma experiência socioeducativa. O objetivo é descrever ações e reações, ampliar diálogos e proporcionar integração na cultura da paz e de vivências mais respeitadas, tolerantes e promotoras de Direitos Humanos. Trata-se também de reagir às práticas discriminatórias, buscando compreender e saber conviver com as diversas formas de identidades de gêneros e sexualidades dentro do ambiente escolar. Tendo como inserção metodológica a delimitação por abordagem qualitativa, ademais de pautar-se em observações empíricas participativas do cotidiano escolar com auxílio da “cartografia social”. Também se acrescenta revisão sistemática de literatura envolvendo categorias relativas ao estudo com ênfase nas Ciências Sociais e Humanas e uso de técnica de entrevista individuais para acompanhamento da construção de identidades. Os resultados comprovam o quão carregado de opressão e sofrimento são os corpos que fogem à norma hegemônica, as narrativas elucidam vivências e experiências constrangedoras com agravos em situação de violências sobrepostas e cotidianas que comprometem o aprendizado e as relações interpessoais nos diversos convívios sociais.

**Palavras-chave:** Sexualidade, Identidades e alteridades, Diversidade de gêneros, Escola.

As inúmeras questões em torno da diversidade de gêneros e sexualidades não envolvem apenas informações ou conhecimentos, mas sobretudo os valores e o posicionamento crítico e político diante da atual multiplicidade nas formas de viver e de ser. Demonstrem uma “ecologia de saberes” (Santos, 2007: 4), necessitando mais enveredar pelo delineamento de um pensamento abissal e redutivo. Quando o tema é sexualidades e juventudes, não há como distanciar-se da dinâmica e das múltiplas possibilidades identitárias e de alteridade<sup>1</sup>. A partir das observações realizadas no ambiente escolar, tanto dentro da sala de aula, assim como no pátio em momentos de

---

<sup>1</sup> Vale aqui retomar uma citação do artigo de Santos (2007: 4): A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialéctica.

socialização, comumente nos deparamos com falas e brincadeiras altamente preconceituosas e muitas vezes naturalizadas entre os jovens, pois são posicionamentos e posturas ainda muito arraigadas em nossa cultura patriarcal, machista e sexista que habituou-se na crença de que os órgãos genitais é que definem se uma pessoa é homem ou mulher. Para a biologia o que determina o sexo do indivíduo é a presença ou não de determinado cromossomo presente em uma das células gaméticas no ato da fecundação, porém, biologicamente falando não é a presença desse cromossomo que irá definir o comportamento do indivíduo, ser masculino ou feminino, homem ou mulher, é uma questão de gênero, onde o termo gênero indica as “construções culturais”, sendo uma criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e mulheres. (SCOTT, 1995:75). O gênero é para além do sexo: a construção da nossa identificação como homens ou como mulheres não é um fato biológico, mas sim social. O Filósofo Michel Foucault (2014) concebeu a sexualidade como uma construção social criada, basicamente, para submeter o corpo individual ao controle coletivo da sociedade. Segundo ele, “o conceito de sexualidade não é uma categoria natural, mas uma construção social que, como tal, só pode existir no contexto social”.

“E hoje, mais do que nunca, essas formas são múltiplas. As possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades ampliaram-se. As certezas acabaram. Tudo isso pode ser fascinante, rico e também desestabilizador. Mas não há como escapar a esse desafio. O único modo de lidar com a contemporaneidade é, precisamente, não recusar a vivê-la”. (Louro, 2008)

“Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, a frase imortalizada da filósofa francesa Simone de Beauvoir trazia à tona a ideia de diversidade de gênero, mas infelizmente, ainda na vivência da contemporaneidade o entendimento e o respeito aos indivíduos que tornam-se, enxergam-se, comportam-se e sentem-se pertencentes à sexos distintos dos que nasceram, que aqui denominamos de “trans”, são alvos constantes de intolerâncias, discriminações, isolamentos e sofrem múltiplas violências ou violências sobrepostas (Cavalcanti, 2016) por parte de toda sociedade que tem dificuldades colossais em lidar com a diversidade, e a escola infelizmente se configura também como espaço de manutenção dessas violações. Para além dos conceitos e classificações, o mais importante é que os jovens tenham uma visão e um pensamento mais plural e diverso.

O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as

concepções de gêneros diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (LOURO, 1997, p. 23).

É a partir do reconhecimento e da legitimidade de suas diferenças que se tem cada vez mais a percepção do importante papel estratégico da educação para a diversidade. Assim, a pluralidade passa a ser vista como um fator essencial para garantia da inclusão, promoção da igualdade de oportunidades e enfrentamento de preconceitos, discriminações e violências, especialmente no que se refere às questões de gênero e sexualidade.

As características fundamentais a essa sexualidade não traduzem uma representação mais ou menos confundida pela ideologia, ou um desconhecimento induzido pelas interdições; correspondem às exigências funcionais do discurso que deve produzir sua verdade. (FOUCAULT, 2015, p.77)

O estudo visa propiciar maior familiaridade com conceitos, atitudes e reflexões que possibilitem o processo constitutivo de identidades de jovens do ensino médio de uma escola da rede pública de Salvador. Isso conecta-se à ideia de expor um relato de experiência socioeducativa, vivenciada como investigadora-docente e assinala o intuito em abrir diálogos e proporcionar integração na cultura da paz (Borges, 2013 e 2015) e de vivências mais respeitadas, tolerantes e promotoras de Direitos Humanos (Cavalcanti & Silva, 2015), assim como distanciar-se de práticas preconceituosas e violentas a fim de compreender e saber conviver com as diversas formas de identidades de gêneros e sexualidades dentro do ambiente escolar, para que tenham uma vivência mais respeitosa e menos preconceituosa a fim de compreender e saber conviver com as diversas formas de identidades de gêneros e sexualidades dentro do ambiente escolar. O estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem epistemológica crítica e de metodologia qualitativa, com base em observações empíricas participativas e integradas ao cotidiano escolar com auxílio da “cartografia social” (Kastrup & Passos, 2013; Oliveira & Paraíso, 2012). A instrução e construção do projeto de integração se deu a partir de entrevistas individuais com os jovens na faixa etária entre 18 a 24 anos, regularmente cursando o ensino médio, no turno matutino do Colégio Estadual Clériston Andrade, situado no Subúrbio Ferroviário de Salvador. No decorrer das entrevistas eles estavam sendo observados e cientes que a entrevistadora estava tomando nota de suas narrativas e que as utilizariam nesse trabalho, dada a importância para o referido estudo de seus “pensamentos e

linguagens referidas à realidade, os níveis de suas percepções desta realidade, a visão de mundo, em que se encontram envolvidos com o tema gerador” da entrevista. (FREIRE, 2017)

## FRONTEIRAS ENTRE DISCRIMINAÇÕES E ENFRENTAMENTOS

Se considerarmos que sexualidade é inerente à vida humana e, portanto, um direito e parte das expressões individuais, o ideal seria que esse tema fosse conversado abertamente a fim de que as pessoas tivessem maior consciência dos seus direitos sexuais e reprodutivos e o exercessem (identidades), na sua plenitude, de forma responsável, respeitando as escolhas de outrem (alteridade). Entretanto, frente às problemáticas, preconceitos e grandes tabus que ainda cercam a abordagem do tema, mesmo diante da necessidade de larga discussão, percebe-se que ainda pouco é tratado, tanto na esfera educacional quanto na familiar.

Para Foucault (2014) a nossa sociedade é percebida como um espaço privilegiado, possibilitando que nossa verdade profunda seja lida e dita, ou seja, para a sociedade só se saberá a verdade real de cada um ao se conhecer a sua sexualidade. Esta, por sua vez, “não é fundamentalmente aquilo de que o poder tem medo, mas é, sem dúvida, através dela que se exerce”. E segundo Castro, Abramoway e Silva (2004) “o exercício da sexualidade se processa por meio de possibilidades, e se realiza dentro de um marco cultural delimitado por preconceitos e rituais”. Preconceitos esses que se atenuam principalmente nos casos em que os modelos hegemônicos de identidades são contrariados através de ‘estilização dos corpos’ para uma afirmação de gênero:

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente construída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pelo qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a formação de um eu permanentemente marcado pelo gênero. Essa formulação tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial da identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma *temporalidade social* constituída. (Butler, 2003, p. 200)

Exercer e conseguir constituir essa ‘temporalidade social’ até que se conquiste a afirmação da própria identidade é um dos maiores enfrentamentos e dificuldades dos jovens que estão fora dos padrões da dominação heterossexual, complexidade esta embasada justamente por

conta dos preconceitos e discriminações que são naturalizados nos meios sociais, inclusive na escola.

Há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas. (Bento, 2011)

É nesse reflexo dicotômico de corpo e sexo que algumas identidades ocupam, culturalmente, uma posição central servindo de referência para as demais sendo por tanto, representadas como "normais", básicas, hegemônicas (Louro, 2000). E as pessoas que possuem corpos fora da amarração entendida como norma são vistas como diferentes, desviantes ou "incoerentes" como define Butler:

Em sendo a "identidade" assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de "pessoa" se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é "incoerente" ou "descontínuo", os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. (Butler, 2003, p.38).

As pessoas que contribuíram se predispondo às entrevistas não apresentam essa relação costurada ou identidade assegurada entre corpo e sexo. Apesar das duas, estudantes apresentarem aparências do que denominamos "trans", pois apresentam uma identidade diferente do sexo biológico, foi perceptível durante as conversas que apenas uma delas se considera trans, se incomoda com a presença dos seios e teria vontade de realizar uma cirurgia de redesignação sexual, criou nome social e sente muito mal estar em ter que responder pelo nome de batismo. Enquanto que a outra pessoa, apenas se denomina lésbica, mesmo apresentando aparência completamente masculinizada, não se chateia ao ser confundida com um menino, mas prefere deixar explícito que é uma menina e reforçar seu nome de batismo que também é feminino.

Mas em ambos os discursos o que prevalece são as marcas que a sociedade reserva para corpos que não seguem completamente normas da sexualidade e gênero: a violência e abjeção. No contexto escolar, não é diferente, apesar da escola, que deveria ser um espaço privilegiado para aprendizagem e socialização, além de funcionar como um "passaporte de entrada" e de integração na sociedade:



“As dinâmicas no ambiente escolar são produtoras de diversas espécies de relações, ao mesmo tempo em que reproduzem e ressignificam interações que acontecem para além dos limites do colégio. Nesse âmbito está situada a enorme diversidade de relações que se dão neste espaço, dos mais variados tipos, que se entrelaçam na conformação do ambiente escolar. Fazem parte desde relações de solidariedade e amizade até relações conflituosas; quando não bem trabalhadas podem se transformar em situações de violência.” (ABRAMOVAY 2009, p.276)

Situações de violências que iniciam por atitudes preconceituosas, sejam nas palavras, nos gestos, nas brincadeiras, nos olhares, nos tantos poréns, na ‘naturalidade’ de certas ‘brincadeiras’ e ‘piadas’ que comumente são realizadas, dentro da própria sala de aula, às vezes até partindo de algum docente para fazer ‘graça’, mas principalmente nos corredores e nos momentos de socialização como, por exemplo, o horário de intervalo. Uma das falas de uma das entrevistas retrata justamente tais atitudes:

“... as pessoas julgam muito... e me olham feio... por eu não ser normal do ponto de vista deles. A culpa é da sociedade mesmo, em colocar isso na minha cabeça, eu não me achava assim, tipo... sei lá eu não me acho... não sei, é porque o povo fala tanto e julga tanto que acabei colocando isso na minha cabeça e me acho... sei lá diferente... Diferente porque eu não tenho o mesmo gosto, não sigo o mesmo padrão... E minha aparência incomoda muito tb... pelo modo de eu me vestir, de eu agir... masculinamente eu... eu compro roupas masculinas, hoje em dia minha mãe já compra roupas masculinas pra mim... só que muitos julgam... ficam falando... olhando feio! (Jovem Trans em entrevista realizada em 6 de julho 2017)

Os processos para a construção de identidades são altamente sofridos para os corpos que não estão de alguma forma referenciados às normas hegemônicas do gênero. O que Bourdieu denomina de Violência Simbólica, no qual o ‘poder simbólico’ se constrói com base na homogeneidade de classes dominantes que estabelecem consensos acerca dos sentidos e representações que circulam na sociedade e que contribuem para a reafirmação e reprodução de paradigmas, de ideias e de uma ordem social (BOURDIEU, 1989, p. 10). Se faz muito presente nos momentos de afirmação da própria identidade que trazem consigo características que descrevem suas experiências, como visto na narrativa acima descrita.

Em que medida é a “identidade” um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? E como as práticas reguladoras que governam o gênero também governam as noções culturalmente inteligíveis de identidade? Em outras palavras, a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. (Butler, 2003, p.38).

Tais ‘normas de inteligibilidade socialmente construídas e mantidas’ com o passar do tempo só evidenciam o quão carregado de opressão e sofrimento são os corpos que fogem à norma hegemônica, o quanto o respeito ainda fica do lado de fora dos muros das escolas, enraizado junto com a discriminação, exclusão e desigualdades, e infelizmente ações e gestos discriminatórios que se fazem presentes em situações das mais rudimentares, como um ato simples de escolha em qual tipo de fila participar. Na escola referida, se utiliza de fila de meninos e fila de meninas para a distribuição da merenda escolar, por receio de ser barrado na fila de meninos, o jovem entrevistado prefere não lanchar para que não seja chamado à atenção em estar na fila dos meninos, assim como já foi retirado da fila de meninas por outras colegas, que não conhecem sua história e ao verem que se trata de um menino, requisita-o que saia da fila.

É aí que se percebe que a escola que deveria ser um forte e grande instrumento para minimizar os preconceitos e disseminar a importância de conviver com as diversidades, não vem cumprindo esse papel. Por tanto, debater o tema de diversidade de gêneros e sexualidades da forma mais ampla possível, contribuindo para a dissociação do tema com o tabu que ainda é considerado, é respeitar a diversidade humana, contribuindo assim com uma sociedade justa, diversa, igualitária e livre, livre de estereótipos, livre de conceitos preestabelecidos, livre de discriminações e livre, sobretudo, de violências. Até porque quando se fala de preconceito, fala-se em seguida de violências.

A educação não engloba apenas transmissão de conhecimento. É muito mais que informar; educar é formar, é estar atento à parte afetiva e social do adolescente e de seus familiares. Ultrapassa os limites de um pensamento abissal e exige aproximação de saberes, viveres e fazeres, confluindo também para educar para a convivência, a tolerância e à dignidade da pessoa humana. Isso remete à ideia de educar para e pelos Direitos Humanos (Cavalcanti & Silva, 2015).

Diferente concepção da educação é defendida por Freire (2017, p. 31), reconhecer-se dentro de qualquer processo e, especialmente no recorte dado a este trabalho, especificamente no processo de educação escolar é parte do caráter transformador da educação, fazendo-a libertadora através da “consciência crítica”.

Salientando que o pensamento crítico é também, uma das finalidades propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para a etapa final da educação básica, o Ensino Médio, que pretende “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. (BRASIL, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996). Portanto, a desconstrução do preconceito e a promoção de Direitos

Humanos, incluindo sexualidades, são caminhos ainda a serem matizados e percorridos no campo da Educação.

## REFERÊNCIAS:

BENTO, BERENICE. (2011) Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, 19(2), 548-559. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16>. Acesso em 30 junho 2017.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar – Rio de Janeiro – Civilização Brasileira, 2003

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. Juventudes e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p.

CAVALCANTI, V.R.S.; GOMES, G..Violência(s) portas adentro: categorias relacionais como gênero e famílias em foco interdisciplinar. In: MOREIRA, L.V.; BASTOS, A.C.; PETRINI, G. & ALCÂNTARA, M.A. (Orgs.). **Família no Brasil**: recurso para a pessoa e sociedade. Curitiba: Juruá, 2015, pp. 313-338.

CAVALCANTI, V. R. S. & SILVA, Antonio Carlos da. Para e pelos direitos humanos: perspectivas e debates sobre violência, educação e agendas. In: GOMES, Celma Borges. (Org.). Em busca de uma cultura da não violência nas escolas. Salvador: Edufba, 2015, pp. 1-12.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque. São Paulo, Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. História da sexualidade II: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque. São Paulo, Paz e Terra, 2014.



KASTRUP, V. & PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 25 (2), p. 263-280, Maio/Ago. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-posições*, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/agosto. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em 06. Julho.2017

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 78, Outubro 2007, pp. 3-46.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.20, n2, p. 71-99. jul/dez. 1995.